

O PROBLEMA

Gleicy Mailly da Silva

Doutoranda em Antropologia Social
Universidade de São Paulo

Guilherme Aderaldo

Doutor e pós-doutorando em Antropologia Social
Universidade de São Paulo

Entre “direito” e “compaixão”: dilemas sociais contemporâneos

Tocado em seu cerne pelas diferenças que constituem os sujeitos e as sociedades, o questionamento antropológico contemporâneo tem frequentemente se debruçado sobre as desigualdades sociais por estes enfrentadas, onde a grande demanda é por “justiça”.

Nancy Fraser (2007) descreve as forças políticas atuais como estando divididas entre duas dimensões que coexistem sob grande tensão. Por um lado, há aqueles que há mais de 150 anos têm defendido políticas sociais dedicadas à “redistribuição” dos recursos, isto é, enfocadas na busca de igualdades sociais entre classes. Por outro lado, deparamo-nos com a perspectiva centrada no “reconhecimento” da diversidade, ou seja, das minorias sociais (étnicas, culturais, sexuais, etc.), cujo enfoque é sensível à questão da identidade cultural.

Para a autora, no entanto, a tensão presente na percepção polarizada de tais propostas (redistribuição e reconhecimento) constituiria uma falsa antítese uma vez que nenhuma delas, sozinha, daria conta das demandas por paridade participativa nas discussões políticas do mundo atual. Mais do que tencioná-las, seria fundamental descobrir formas de combinar ambas as lógicas em torno de uma percepção mais abrangente de “justiça”.

Controvérsias à parte, o fato é que a interpelação crítica da relação (conflituosa) entre os domínios da ética e da moral nos processos de formulação de direitos sociais permite-nos tomar consciência de que tanto a visibilidade quanto a invisibilidade social e histórica são formas instituídas por relações politicamente orientadas. Algo enfatizado por Joan Scott, em seu texto “A invisibilidade da experiência” (1998), onde a autora demonstra como determinados regimes discursivos são capazes de tornar pouco significantes ou relegar ao plano do tabu a existência de certos temas, lugares e mesmo sujeitos.

Nesse sentido, vale também lembrar as pesquisas recentes do antropólogo francês Didier Fassin (2005) a respeito do modo pelo qual os países membros da União Europeia – com particular destaque à França e Inglaterra –

vêm se valendo de uma linguagem moral/compassiva para construírem meios “legais” de deslegitimar a entrada de muitos imigrantes nos limites de suas fronteiras.

Em seu trabalho, Fassin aponta para o modo por meio do qual, atualmente, os governos desses países têm se fechado às demandas por asilo “político” ao mesmo tempo em que têm concedido uma abertura de caminhos para que portadores de doenças graves – às quais não possam ser tratadas em seus países de origem – passem a receber abrigo, por motivos de “razão humanitária”. Assim, o autor nos mostra que a “biologia” passa a falar mais alto do que a “biografia”, uma vez que, nas palavras de seus interlocutores, a doença torna-se, paradoxalmente, a grande responsável pela manutenção de suas vidas (Fassin, 2005, p. 371).

Tendo em vista tais debates, convidamos, para esta seção Fórum, sete pesquisadores cujos trabalhos se desdobram justamente sobre processos políticos que visam a ‘integração’ ou ‘gerenciamento’ dos “desiguais” em esferas privilegiadas na negociação de moralidades e éticas, tais como: sistemas de justiça, direitos humanos, políticas de Estado, economia e biomedicina, para citar apenas algumas instâncias amplamente legitimadas na produção de sujeitos a serem “tutelados” e “acompanhados”.

Interessa-nos aqui apontar para a maneira como alguns dos argumentos e análises teórico-metodológicas da antropologia atualmente feita no país têm se revelado fundamentais para a compreensão das experiências sociais, daqueles que, até bem pouco tempo, estavam privados de expressão pública, em contextos aparentemente particulares. Dito de outro modo, nosso enfoque está na compreensão das formas através das quais tais sujeitos têm se tornado “objetos” privilegiados das ações do Estado em iniciativas de suposto caráter inclusivo, cidadão ou securitário; seja através de políticas públicas de “reconhecimento” desses grupos no campo das agendas de direitos, seja através de políticas de controle de seus corpos.

Assim, em “Acesso às modificações corporais e assistência à saúde de transhomens no Sistema Único de Saúde”, **Simone Ávila** reflete sobre a emergência de novas “identidades trans” no Brasil contemporâneo, mais especificamente as transmasculinidades, e a reivindicação de políticas públicas

específicas para esse “grupo”. Tendo em vista que o processo de redesignação sexual, embora instituído pelo Ministério Saúde em 2008, passou a garantir o direito formal a transhomens apenas a partir de 2013, a autora aponta ainda para dificuldades no acesso amplo às modificações corporais, uma vez que este direito encontra-se ainda fortemente atrelado a um diagnóstico patologizante dos sujeitos.

Já em “Quando elas aparecem: notas sobre mulheres na prisão, gênero e família”, **Natália Lago** apresenta alguns aspectos de sua pesquisa realizada em diferentes unidades prisionais de mulheres em São Paulo. Ao tomar a noção de “família” como categoria nativa, a autora nos apresenta a história de “Ana”, nos permitindo atentar para os processos de subjetivação presentes na construção e manutenção das relações pessoais fora e dentro da prisão em articulação com questões de classe, gênero e sexualidade.

Em “Pedro e a ‘infância vulnerável’”, **Tatiana Dassi** enfrenta o tema da categoria de “vulnerabilidade social”, a partir de uma pesquisa realizada no Conselho de Moradores do Saco Grande (Comosg), em Florianópolis. Através do acompanhamento do Projeto Renascer – um trabalho educativo realizado com crianças entendidas como “vulneráveis” – a autora vai tratar da categoria de “vulnerabilidade”, enquanto produtora de sujeitos e práticas institucionais, tendo em vista duas nuances que se interpelam moralmente, a luta por direitos e a noção de caridade.

Já em “Reflexões sobre a ‘questão social’ do refúgio e a possibilidade de uma ‘cidadania universal’”, **Vanessa Perin** interpela a categoria de “refugiado” a partir do acompanhamento de programas de atendimento e acolhida a refugiados e solicitantes de refúgio no Centro de Acolhida para Refugiados (CAR) da Caritas Arquidiocesana de São Paulo. Nota-se aqui, novamente, a importância da noção de “vulnerabilidade” dos sujeitos na constituição das ações do Estado com a participação da sociedade civil, em articulação com as noções de “direito”, “cidadania” e “dignidade”.

O texto “População em situação de rua e o ‘direito a ter direitos’”, **Tomás Melo**, analisa as transformações políticas pelas quais a ideia de “população em situação de rua” passou no Brasil ao longo das últimas décadas. Para tanto, o autor baseia-se na trajetória do Movimento Nacional da População de Rua

(MNPR), buscando retrair as especificidades vinculadas a este tipo de “militância” e seus rebatimentos em termos de políticas públicas.

Tratando do mesmo segmento, em “La rue, la santé, la politique: quelques définitions de la ‘population em situation de rue’ et leurs trajectoires a São Paulo”^[1], **Damien Roy** aborda as particularidades e os tensionamentos relativos às políticas de saúde voltadas ao atendimento das “populações em situação de rua” na cidade de São Paulo.

Por último contamos com o artigo de **Ana Paula Silva**, “Trabalho sexual: entre a conquista de direitos e o processo de vitimização”, no qual a autora se debruça sobre a complexa relação que se estabelece entre as diversas representações da prostituição como categoria profissional e seus desdobramentos em termos da produção de políticas que tendem a reproduzir percepções normativas a partir da articulação de marcadores sociais como “classe, raça, gênero e identidade nacional”.

Desejamos a tod@s_uma boa leitura!

157

Referências citadas

FASSIN, Didier. 2005. “Compassion and Repression: The Moral Economy of Immigration Policies in France”. *Cultural Anthropology*, 20(3): 362-387, agosto. Disponível em português em: <http://pontourbe.revues.org/2467>.

FRASER, Nancy. 2007. “Reconhecimento sem ética?”, *Revista Lua Nova*, São Paulo, 70: 101-138.

SCOTT, Joan. 1998. “A invisibilidade da experiência”. In: Proj. História, SP (16): 297-325.

_____. 2005. “O enigma da igualdade”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 11-30, janeiro-abril.

Gleicy Mailly da Silva

Doutoranda em Antropologia Social

Universidade de São Paulo

Currículo Lattes

Guilherme Aderaldo

Doutor e pós-doutorando em Antropologia Social

Universidade de São Paulo

Currículo Lattes

[1] Além da contribuição na língua original francesa, optamos, neste caso, por incluir uma tradução do texto, com o objetivo de ampliar seu alcance.